

GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em Processo Legislativo





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Processo Legislativo.....	6
Destaques do curso.....	6
Público-Alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	13
Diferenciais tecnológicos	14
Ingresso	15

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas com alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, slides e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 6 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Profª. Geilza Fátima Cavalcanti Diniz
Coordenadora

Doutora em Direito pelo Uniceub (2014) e Mestra em Direito Público pela UFPE (2002). Juíza de Direito do TJDF, tendo sido aprovada em 1º lugar no concurso e com a maior média final da história do Tribunal. Autora de livros e artigos jurídicos. Professora de Processo Penal e Técnica de Sentença Criminal e Professora universitária (UFRR e Uniceub).

PROCESSO LEGISLATIVO



A multiplicidade de oportunidades na área, com seleções para as carreiras do Poder Legislativo Federal, Estadual, Distrital e Municipal, além de secretarias de governo, gera uma grande demanda no mercado de trabalho. A pós-graduação em Processo Legislativo traz um estudo aprofundado, com abordagem prática e teórica das disciplinas diretamente ligadas ao processo legislativo constitucional nas diferentes esferas de governo, incluindo minucioso estudo relacionado à logística. O estudante estará qualificado para fazer frente às necessidades da iniciativa privada e do setor público.

DESTAQUES DO CURSO

Habilitar o interessado ao enfrentamento de provas que exijam conteúdos relacionados ao processo legislativo constitucional, bem assim às especificidades atinentes às esferas estadual, distrital e municipal.

Capacitar servidores públicos e candidatos ao serviço público, além de advogados e profissionais de empresas privadas que busquem se aperfeiçoar na área do processo legislativo.

Habilitar profissionais graduados, tecnólogos e licenciados em diferentes áreas em conhecimentos teóricos e práticos para a melhor compreensão dos meandros da produção dos atos normativos primários.



PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito, pesquisadores, interessados em se tornar servidor nas Ccarreiras do Poder Legislativo ou nos demais Poderes do Estado.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Processo Legislativo tem duração de seis (6) a 18 (dezoito) meses. É ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das EdTechs.

MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Princípios Fundamentais e Organização do Estado Brasileiro	25h
02	Processo Legislativo Federal	30h
03	Organização dos Poderes	65h
04	Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro	15h
05	Direito Administrativo	47h
06	Direitos e Garantias Fundamentais	20h
07	Legística Formal	20h
08	Responsabilidade Civil do Estado	17h
09	Processo Legislativo Orçamentário	20h
10	Logística Material	20h
11	Controle de Constitucionalidade e Jurisdição Constitucional	41h
12	Processo Legislativo nos Estados e Municípios	30h
13	Processo Legislativo Distrital	10h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		360 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		400 h/a

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO	Princípios fundamentais: classificação das normas jurídicas: Classificação dual. Classificação tricotômica. Definição de princípios. Classificação de princípios. Doutrina alemã. Doutrina norte-americana. Doutrina brasileira. Características dos princípios. Funções dos princípios. Princípios fundamentais da Constituição Federal. Princípio republicano. Princípio democrático. Princípio da separação dos Poderes. Princípio federativo. Princípios das relações internacionais. Fundamentos do Estado. Objetivos do Estado. Aplicação desses princípios aos casos concretos. Análise de casos e precedentes judiciais. Organização do Estado brasileiro: formas de Estado. Classificação tricotômica das formas de Estado. Classificações contemporâneas. Características e peculiaridades. Princípio federativo. Origem. Características essenciais à luz da CF/1988. Classificação das federações e suas consequências práticas. Direito Comparado: Estados Unidos e Alemanha. Criação dos entes federativos. Denominação do federalismo pátrio. A autonomia dos entes federativos e a característica dos municípios. Princípios constitucionais relacionados ao federalismo: sensíveis, extensíveis e estabelecidos. Repartição constitucional de competências federativas. Competências da União. Competências dos Estados. Competências dos municípios. Competências do Distrito Federal. Competências comuns e concorrentes. Competências tributárias. Conflitos em matéria de competências. Conflitos federativos diversos. Intervenção federal. Intervenção estadual. Aplicação do conteúdo doutrinário e positivo aos casos concretos. Análise de casos e precedentes judiciais.
PROCESSO LEGISLATIVO FEDERAL	Teoria do processo legislativo – processo legislativo: regulação do processo legislativo. Controle judicial do devido processo legislativo. Ação legislativa inconstitucional. Concepções sobre o processo legislativo. Tipos de processos legislativo. Procedimento legislativo. Processos legislativos no âmbito do Legislativo da União. Extensibilidade das prescrições constitucionais federais sobre o processo legislativo ordinário. Processo legislativo reformador: limitações ao poder reformador. Notas iniciais. Limitações circunstanciais. Limitações processuais ou formais. Nota introdutória. Princípio da irrepetibilidade. A questão da índole constitucional ou regimental do interstício entre turnos. Limitações materiais expressas. Forma federativa de Estado (art. 60, § 4º, I). Voto direto, secreto, universal e periódico (art. 60, § 4º, II). Separação dos Poderes (art. 60, § 4º, III). Direitos e garantias individuais (art. 60, § 4º, IV). Limitações materiais implícitas. Resumo do processo reformador. A questão da dupla revisão. Ação reformadora vs. decisões do STF. Limitações temporais. Poder constituinte revisional. Controle de constitucionalidade no processo reformador: controle de constitucionalidade de proposta de emenda à Constituição pela via concentrada abstrata. Controle de constitucionalidade abstrato concentrado de emenda constitucional. Controle judicial preventivo de constitucionalidade de proposta de emenda à Constituição. Controle judicial de constitucionalidade do processo reformador.

PROCESSO LEGISLATIVO FEDERAL	<p>Processo legislativo ordinário: fase inicial do processo legislativo ordinário. Casa iniciadora. Casa revisora. Atuação das Comissões Técnicas. Processo legislativo abreviado. Casa revisora. Emendas parlamentares. Princípio da irrepetibilidade. Processo legislativo sumário (sob urgência constitucional). Fase executiva do processo legislativo: sanção. Veto. Controle de constitucionalidade político preventivo. Prazo e elementos formais. Extensão do veto. Apreciação do veto. Pendência da decisão sobre o veto e sobretempamento. Questões jurisprudenciais finais sobre o veto. Medida provisória e processo legislativo de conversão: conceito e perfil tipológico. Pressupostos de edição. Prazo de validade. Aptidão material da medida provisória. Primeiro efeito da edição de medida provisória: a inovação normativa. Segundo efeito da edição de medida provisória: o processo legislativo de conversão: fase inicial. Fase de comissão. Fase de Plenários. Controle de constitucionalidade de medida provisória e da lei de conversão. MP no âmbito federativo. Revogação de medida provisória. Prorrogação de medida provisória. Irrepetibilidade em medida provisória. Não edição do decreto legislativo regulamentar.</p>
ORGANIZAÇÃO DOS PODERES	<p>Poder Legislativo: funções típicas e atípicas. Papel das Casas Legislativas. Controle legislativo. Comissões Parlamentares de Inquérito. Imunidades parlamentares. Tribunais de Contas. Sistema de controle interno. Papel do Legislativo no controle de constitucionalidade. Poder Executivo: estudo dogmático do perfil constitucional do Poder Executivo federal, estadual, distrital e municipal. Presidente e vice-presidente da República. Governadores e vice-governadores. Prefeitos. Atribuições do presidente da República. Responsabilidade do presidente da República. Ministros de Estado. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional. Poder Judiciário: exigências para ingresso e promoção na carreira. Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Garantias, vedações e regras atinentes à perda do cargo. Autonomia administrativa, funcional e orçamentária-financeira. Precatórios. Tribunais. Organização e competências originárias e recursais. Conselho Nacional de Justiça. Papel constitucional e atribuições. Funções essenciais à justiça: estudo dogmático do perfil constitucional das funções essenciais à justiça. Ministério Público da União e dos estados. Advocacia Pública federal, estadual, distrital e municipal. Advocacia privada. Defensoria Pública da União, dos estados e do Distrito Federal.</p>
LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DE DIREITO BRASILEIRO	<p>Introdução. Vigência, aplicação, interpretação e integração das leis. Conflito das leis no tempo, eficácia da lei no espaço. Noções de Direito Internacional Privado. Segurança hermenêutica do agente público na LINDB.</p>
DIREITO ADMINISTRATIVO	<p>Introdução ao Direito Administrativo. Sistemas administrativos. Administração pública. Administração pública no sentido subjetivo/orgânico/formal. Administração pública no sentido material/objetivo/funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos. Princípios implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa (concentração e desconcentração. Centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Conceito. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo.</p>

DIREITO ADMINISTRATIVO	Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. Poderes administrativos. Deveres do administrador. Abuso de poder. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder normativo (poder regulamentar). Poder discricionário e poder vinculado. Poder de polícia. Agentes públicos. Classificação. Tipos de vínculo – função, emprego, cargo. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos. Intervenção do Estado na propriedade. Intervenção restritiva: servidão. Requisição. Ocupação temporária. Limitações administrativas. Tombamento. Intervenção supressiva: desapropriação. Bens públicos. Classificação dos bens públicos. Espécies de bens públicos. Características dos bens públicos. Tipos de uso de bens públicos. Controle administrativo. Espécies de controle. Tribunal de Contas da União. Competências do Tribunal de Contas da União.
DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	Evolução histórica dos direitos fundamentais no Brasil e no mundo. A interface entre História, Direito e Política. Direito objetivo e subjetivo. Binômio de Janus. Eficácia vertical, horizontal e transversal dos direitos fundamentais. Aplicação direta e indireta dos direitos fundamentais. Repercussão dos direitos fundamentais nas relações privadas. Constitucionalização do Direito Civil. Teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek. Características dos direitos fundamentais. Extensão de direitos fundamentais a pessoas jurídicas, estrangeiros, apátridas e a animais. Tratamento constitucional dado aos direitos e garantias fundamentais à luz da jurisprudência do STF e do STJ. Estado de coisas inconstitucional. Tratados internacionais sobre direitos humanos e sua posição no ordenamento constitucional brasileiro.
LEGÍSTICA FORMAL	Fundamentos de legística. Legística formal e elaboração normativa. Atos normativos na Constituição de 1988. Técnica legislativa e elaboração normativa. Lei Complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998. Estruturação, articulação, redação e alteração das leis e dos atos normativos. Cláusulas de revogação e de vigência. Consolidação das leis e dos atos normativos. Decreto n. 9.191, de 1º de novembro de 2017. Proposições legislativas. Técnicas de elaboração de proposições legislativas. Proposta de emenda à Constituição. Projeto de lei. Emenda. Parecer. Nota técnica.
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	Evolução histórica da responsabilidade civil do Estado. Responsabilidade civil do Estado por atos comissivos e omissivos: a teoria do risco e o fundamento da responsabilidade objetiva do Estado. Responsabilidade civil do Estado por atos omissivos e reflexões sobre seus fundamentos. Responsabilidade civil do Estado por atos lícitos e a pandemia. Responsabilidade civil do Estado em relação às entidades integrantes da administração indireta. Pressupostos da responsabilidade objetiva do Estado (conduta comissiva de agentes públicos, nexo causal e dano). Pressupostos da responsabilidade civil por omissão. As teorias do risco administrativo e integral e a responsabilidade civil do Estado. A responsabilidade civil do agente público causador do dano e a teoria da dupla garantia (discussão do Tema 940 – STF). Excludentes da responsabilidade civil do Estado. Interconexão da responsabilidade extranegocial com a negocial do Estado.
PROCESSO LEGISLATIVO ORÇAMENTÁRIO	Ciclo orçamentário. Instrumentos de planejamento orçamentário: PPA, LDO e LOA. Processo legislativo orçamentário.

LEGÍSTICA MATERIAL	Legística material e qualidade da lei. Consequências da baixa qualidade das normas. Políticas públicas e atos normativos. Análise de impacto regulatório. Análise de impacto legislativo. Decreto n. 9.191, de 1º de novembro de 2017 (anexo – questões a serem analisadas quando da elaboração de atos normativos).
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL	Teoria geral do controle de constitucionalidade. Antecedentes históricos. Supremacia formal e material da Constituição. Direito constitucional intertemporal. Evolução do controle de constitucionalidade no Brasil e no direito comparado. Espécies de inconstitucionalidade. Modelos e momentos de controle. Sistemas de controle judicial. Controle difuso. Cláusula de reserva de plenário. Papel do Senado Federal. O recurso extraordinário. A problemática envolvendo a ação civil pública. Controle concentrado. Ferramentas. <i>Amicus curiae</i> . Modulação temporal dos efeitos. Controle relativo a normas estaduais, distritais e municipais. Jurisdição constitucional. Teoria da nulidade e da anulabilidade. Decisões intermediárias ou intermédias. Estado de coisas inconstitucional. Decisões do controle de constitucionalidade. Técnicas decisórias. Sentenças intermédias e suas modalidades. Precedentes e origem. Estado de coisas inconstitucional: abrangência, origem e precedentes. Efeitos das sentenças intermédias e do reconhecimento do estado de coisas inconstitucional.
PROCESSO LEGISLATIVO NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS	Poder Legislativo e conceito de processo legislativo. Princípios do processo legislativo. Fases do processo legislativo. Espécies de atos legislativos. Procedimentos legislativos. Vetos do Poder Executivo. Urgências legislativas. Controle de constitucionalidade do processo legislativo. Noções de Regimento Interno. Noções de técnica legislativa.
PROCESSO LEGISLATIVO DISTRITAL	O Distrito Federal antes e após a CF/1988. Competências constitucionais do DF. Legislativo distrital. Lei Orgânica do DF. Processo legislativo à luz da Lei Orgânica do DF. Precedentes judiciais sobre o tema.

FAQ DO CURSO

O curso de pós-graduação em Processo Legislativo é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de pós-graduação em Processo Legislativo é um curso *lato sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de pós-graduação em Processo Legislativo é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria Acadêmica Virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, tablet, TV, celular.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



INGRESSO

A pós-graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua pós-graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

